



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa para fornecimento de 100 (cem) equipamentos de comunicação e filtragem de dados do tipo Firewall Micro Appliance.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-SC tem utilizado equipamentos de comunicação e filtragem de dados para funções de redundância de rede VPN e compartilhamento de arquivos/impressão na infraestrutura dos cartórios eleitorais do estado. Utilizam sistema personalizado pelo TRE-SC para customizar as funcionalidades disponíveis no equipamento.

Através destes equipamentos, é possível o estabelecimento de rede privada virtual entre o cartório e a sede do TRE-SC, bem como redundância de comunicação entre provedores de telecom, incrementando a disponibilidade dos serviços prestados pelas unidades.

Desta forma, visando garantir a alta disponibilidade dos serviços de rede nos cartórios eleitorais, faz-se necessária a contratação de empresa para o fornecimento de 100 (cem) equipamentos de comunicação e filtragem de dados do tipo Firewall Micro Appliance.

2.2. Objetivos e Benefícios

- Incremento na disponibilidade dos serviços essenciais prestados nas unidades administrativas do TRE-SC;
- Adequação da infraestrutura necessária para prover novos serviços nas unidades descentralizadas do Tribunal.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PCA	<ul style="list-style-type: none">• IN10 - Incrementar a estrutura de acesso remoto (melhorar a resiliência e disponibilidade da solução de acesso remoto - VPN);• IN13 - Manter parque tecnológico atualizado;
ENSEC-PJ	<ul style="list-style-type: none">• IN18 - Implementar as ações de segurança da informação previstas na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Formalização da Demanda (DFD) encaminhado pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-SC, bem como seus Estudos Técnicos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 35.689/2023.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista para o objeto a ser contratado engloba todas as Zonas Eleitorais do TRE-SC, para prover serviços de VPN, compartilhamento de arquivos, impressão, bem como postos volantes de atendimento aos eleitores e equipamentos para contingência/reposição, em caso de defeito nos que estiverem em operação. Considerando a quantidade de equipamentos já instalados atualmente nos cartórios eleitorais (81 equipamentos), somada a estimativa de demandas eventuais de postos de atendimento volante (10 equipamentos) e, ainda, a quantidade de equipamentos para eventual necessidade de reposição (9



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

equipamentos), conclui-se que para atender plenamente a demanda, é necessária a aquisição de 100 (cem) equipamentos de comunicação e filtragem de dados do tipo Firewall Micro Appliance.

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas no mercado, tecnicamente descritas no item 3 deste Projeto Básico/Termo de Referência, bem como padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos.

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

O objeto pretendido é composto por itens interconectados entre si, de modo a compor uma solução única. Desta forma, a adjudicação será por item, sem possibilidade de parcelamento.

2.11. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006, sendo aplicáveis ao objeto a ser licitado os ditames do Decreto n. 7.174/2010.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão", sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e critério de julgamento "Menor Preço".

2.13. Impacto Ambiental

Não foram identificados conflitos do objeto pretendido em relação ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.14. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.16. Obrigações da Contratante

- a) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- b) Promover, através da Equipe de Gestão da Contratação, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com a Lei n. 8.666/1993;
- c) Efetuar o recebimento definitivo do objeto, de acordo com o estabelecido no subitem 1.6 do Anexo I deste Projeto Básico / Termo de Referência.

2.17. Obrigações da Contratada

- a) Fornecer os produtos no prazo e demais condições estabelecidas na proposta;
- b) Entregar os produtos na Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situada no 2º andar do prédio-sede, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- c) Fornecer os produtos com todos os seus componentes originais e novos, além de seu manual de instalação/operação;
- d) Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;
- e) Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata o subitem anterior não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- f) Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

3.1.1. Firewall Micro Appliance, com as seguintes características técnicas mínimas:

1	Processador arquitetura x86-64, Quad-Core, com suporte AES-NI ou tecnologia similar, em linha de produção, com frequência base de 2.0 GHz ou superior, e frequência de pico de 2.9 GHz ou superior";
2	Memória RAM de 8GB DDR4, ou superior;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3	Armazenamento interno de 128GB SSD, ou superior;
4	Possuir, no mínimo, 1 porta USB 3.0;
5	Possuir 4 portas de rede 10/100/1000 Mbps, ou superior;
6	Possuir 1 interface de vídeo padrão vga ou hdmi;
7	Capacidade de resfriamento passivo, sem necessidade de ventoinha (fanless);
8	Suportar alimentação de entrada bivolt (100-240VAC);
9	Compatibilidade com o sistema operacional OpenWRT v 23.05, ou mais recente;
10	Garantia mínima de 1 (um) ano;
11	Os equipamentos deverão ser novos (de primeiro uso), idênticos (mesma marca/modelo), com mesmo padrão de qualidade e desempenho;
12	Superfície externa de metal, robusta e de acabamento sem superfícies cortantes, com altura máxima inferior a 2U;
13	Só será admitida a oferta de produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.1.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- *Appliance Firewall Pfsense Vsecurity x30 N5105*;
- Firewall Roteador Fanless Coslitech CLN-5105L.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.3. Códigos SIASG

6853 – Equipamento para segurança de rede, tipo appliance firewall.

3.1.4. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Florianópolis, em 22 de novembro de 2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, a função de Gestor da Contratação. A Equipe de Gestão da Contratação será composta por:

Integrante	Nome	Unidade
Gestor da Contratação	Gilberto José Rossa Júnior	SGATI/CSIT
Substituto	Marcus Vinícius Pereira Doreto	SGATI/CSIT
Fiscal Demandante	Gilberto José Rossa Júnior	SGATI/CSIT
Substituto	Marcus Vinícius Pereira Doreto	SGATI/CSIT
Fiscal Técnico	Marcelo Macedo Lopes	SARS/CSIT
Substituto	Luiz Angelo Daros de Luca	SARS/CSIT
Fiscal Administrativo	Robson Luiz Soares da Conceição	SAP/CCM
Substituto	Marcelo Osni Santos	SAP/CCM

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

O papel de Gestor da Contratação será exercido pelo servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A empresa contratada deverá entregar os produtos na Seção de Gestão de Ativos de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE/SC, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas, sem que implique acréscimo no preço da proposta.

Prazo de entrega para TODOS os itens: **90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho emitida pelo TRE-SC. Justifica-se esse prazo dilatado, considerando a escassez global para fornecimento de insumos de componentes eletrônicos.

Caso a contratada disponha de equipamentos para pronta entrega, poderá fazê-lo, independente da quantidade, sendo feita a análise para o aceite e pagamento, conforme descrito nos itens 1.6 e 1.7 deste anexo. Quanto às eventuais unidades restantes, poderá usar o prazo máximo de entrega definido neste item (1.2).

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, e pelo Decreto n. 10.024/2019.

1.4. Prazos de Garantia

O produto ofertado deverá ter garantia mínima de 1 (um) ano, a contar do aceite definitivo emitido pelo Gestor da Contratação.

No caso de substituição de peças, todos os componentes e produtos substituídos deverão ser sempre originais do fabricante, novos e de primeiro uso, apresentando padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos fornecidos originalmente pela contratada.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da sua execução plena, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio da Equipe de Gestão da Contratação, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) Os materiais entregues serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medida e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem;

c) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

d) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

a) O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa;

b) O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

i) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

ii) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

c) Nenhum pagamento efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

b) não entregar a documentação exigida no edital;

c) apresentar documentação falsa;

d) causar o atraso na execução do objeto;

e) não mantiver a proposta;

f) falhar na execução do contrato;

g) fraudar a execução do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do *valor total do contrato*;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do *valor total do contrato*;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.2.1.4.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.